



RESGATE DO NACIONAL TRABALHISMO

Legado de Vargas e Brizola, para um Brasil soberano e multipolar.
Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**



UM RIO DE JANEIRO QUE AINDA RESISTE

Alguns sebos e restaurantes centenários do Centro seguem firmes.
Por Philippe Deschamps, **página 4**



GOOGLE E O TERREMOTO PRIVADO

Alerta enviado a celulares expõe risco de se privatizar funções do Estado.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

Trump e Musk fazem Massacre de São Valentim

Muitos funcionários do Governo dos Estados Unidos foram demitidos durante o feriado de São Valentim (sexta-feira, 14), quando os norte-americanos comemoram o equivalente ao Dia dos Namorados. Gerentes enfrentavam uma demanda do governo Trump para demitir trabalhadores até terça-feira, relatou o jornal *The Washington Post*, acrescentando que em mensagens de texto em grupo e em fóruns online, os servidores apelidaram a sequência de demissões cheia de erros de Massacre do Dia de São Valentim.

As demissões tiveram como alvo novos contratados, que estão em espécie de estágio probatório. Eles têm menos proteções do que funcionários permanentes. Mas o “massacre” envolveu também pessoas com anos de serviço que haviam sido transferidas recentemente entre agências, bem como veteranos militares e pessoas com deficiência empregadas por meio de um programa que acelerou suas contratações, mas os colocou em estágio probatório por dois anos.

“Os líderes sindicais prometeram contestar as demissões em massa no tribunal”, observou a reportagem. “O maior sindicato que representa trabalhadores federais também indicou que planeja lutar contra as demissões e entrar com uma ação legal.”

Os críticos alertaram sobre as consequências, enquanto o governo corria para executar uma visão que o presidente Donald Trump e o bilionário Elon Musk apreçoaram para um governo mais enxuto e remodelado. A última onda de ações já motivou uma queixa administrativa em nome de trabalhadores de nove agências, somando-se a mais de uma dúzia de desafios legais ao poder de Trump.

Uma das consequências do plano de Trump e Musk de reduzir o tamanho da força de trabalho federal aparece no Departamento de Saúde e Serviços Humanos, relatou o jornal *The New York Times* nesta terça-feira. “Especialistas dizem que as demissões ameaçam deixar o país exposto a mais escassez de profissionais de saúde, colocando os americanos em risco se outra crise [como a pandemia] surgir”, relatou a publicação. “As demissões também extirparam a próxima geração de líderes do CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças), do NIH (Instituto Nacional de Saúde), da Food and Drug Administration.”

Pejotização: País tem mais empresas do que trabalhadores com carteira

Taxa de informalidade permanece alta

Segundo dados recentes da BigDataCorp, divulgados em 2024, o Brasil ultrapassou a marca de 60 milhões de Cadastros Nacionais da Pessoa Jurídica (CNPJ) registrados. Esse número é cerca de 50% maior que o total de brasileiros empregados com carteira assinada, que somavam 39 milhões em 2024, conforme dados do IBGE.

“O crescimento expressivo do número de empresas ativas mostra que o Brasil está se transformando em um país de empresários. As micro e pequenas empresas e MEI [microempreendedor individual] estão as-

sumindo um papel fundamental na geração de empregos, renda e no fortalecimento da economia nacional”, afirma Joseph Couri, presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simp).
Apesar do avanço, o mercado ainda enfrenta desafios, como o aumento de 12,1% em relação a 2023 no fechamento de empresas e a taxa de informalidade, que permanece em 38,6%. No entanto, os indicadores positivos apontam para um cenário de recuperação econômica sustentada pelas micro, pequenas e médias empresas e MEI. Com

o saldo positivo na abertura de novos negócios e crescimento no emprego formal.

Segundo a pesquisa “Pulso dos Pequenos Negócios”, realizada pelo Sebrae, as condições de faturamento dos pequenos negócios melhoraram ao longo de 2024. De acordo com o levantamento, no último mês de novembro, 32% dos empreendedores haviam declarado um aumento de receita em comparação com o mesmo período de 2023. O resultado também é melhor que o verificado em fevereiro do ano passado, quando 23% dos entrevistados informaram alta no faturamento.



AgênciaSP

Sabesp anuncia investimentos de R\$ 8,5 bi

Por **Gilmara Santos**, especial para o Monitor

A Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) anunciou nesta semana uma série de investimentos. A Baixada Santista contará com um pacote de R\$ 7,5 bilhões para ampliação de sistemas de água e esgoto até 2029. E a cidade de Itaquaquecetuba receberá investimentos no valor de R\$ 1 bilhão até 2027.

Dos R\$ 7,5 bilhões que serão aportados nos nove municípios da Baixada Santista, R\$ 3 bilhões já estão contratados e com serviços em execução. O valor é quase três vezes o total de recursos investidos na região de 2017 a 2024 (R\$ 2,8 bilhões), antes da desestatiza-

ção da companhia, finalizada em julho do ano passado.

O plano de universalização da nova gestão da Sabesp até 2029 também levará água, coleta e tratamento de esgoto para comunidades informais, que não eram alcançadas pelo contrato de concessão anterior. Ainda em 2025, 40 mil residências da Baixada Santista passarão a ter conexões de água e esgoto.

“A partir de agora, com esse contrato, vamos executar, por ano, três vezes mais do que ao longo de toda a história. São R\$ 7,5 bilhões em saneamento só nos nove municípios da Baixada Santista. E estamos falando apenas do primeiro ciclo de investimento, que é o da universalização. Estamos buscando cada cidadão que não era alcançado pelo antigo

contrato para levar até ele água, tratamento de esgoto e tarifa justa. Se houve problemas até aqui, estamos agora caminhando na direção certa para solucionar porque temos investimento previsto para enfrentá-los de frente”, afirmou o governador.

Em Itaquaquecetuba, o aporte financeiro deve ampliar em 98% a oferta de água tratada e encanada nas casas e em 86% a cobertura de coleta do esgoto. Até 2029, a expectativa é de água para 99% da cidade e de 96% de esgotamento. No total, serão 370 quilômetros de redes coletoras no município.

Após a privatização, a Sabesp prevê, até 2029, investimentos superiores a R\$ 60 bilhões em 375 cidades paulistas para garantir a universalização do saneamento básico.

Brasil anuncia que vai participar da Opep+

O Brasil foi autorizado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) a entrar em alguns organismos internacionais que, de acordo com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, são fundamentais para o futuro das energias no mundo: a Agência Internacional de Energia (IEA) e a Agência Internacional de Energia Renovável (Irena).

Além disso, foi autorizada a participação brasileira em um fórum criado pela Opep+ (Organização dos Países exportadores de Petróleo ampliada), visando cooperações entre países produtores de petróleo. “Autorizamos a adesão à carta de cooperação, mas isso não gera obrigação vinculante ao Brasil”, disse o ministro.

Silveira falou sobre o assunto após participar da reunião do CNPE em Brasília. Ele lembrou que o Brasil foi convidado para fazer parte da carta de cooperação dos países produtores de petróleo durante uma visita do presidente Lula aos Emirados Árabes, na COP28.

De acordo com o ministro, trata-se apenas de uma carta em um fórum de discussão de estratégias dos países produtores de petróleo, e que o país não pode se envergonhar de ser um grande produtor de petróleo.

Silveira ressaltou que o país precisa crescer, se desenvolver, gerar renda, emprego e oportunidades para seus cidadãos, e que os tributos obtidos nesse setor poderão ser aplicados em áreas como educação, saúde e segurança.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,6927
Dólar Turismo	R\$ 5,9210
Euro	R\$ 5,9467
Iuan	R\$ 0,7816
Ouro (gr)	R\$ 539,72

ÍNDICES

IGP-M	0,27% (janeiro)
	0,94% (dezembro)
IPCA-E	
	RJ (dezembro) 0,36%
	SP (dezembro) 0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

A refundação do PTB e o resgate do nacional trabalhismo

Por Pedro Augusto Pinho

Por feliz coincidência, na semana que o grande nacional trabalhista, o gênio Darcy Ribeiro, completa 28 anos de falecimento, a revista *CartaCapital* (Ano 30, Nº 1.349, de 19/2/2025), publica a entrevista que Maurício Thuswohl fez com o presidente do PTB, Vivaldo Barbosa, “Retorno às origens”.

E, como é de se esperar, Vivaldo afirma categoricamente que este PTB que surge tem a missão de recuperar o legado de Getúlio Vargas e de Leonel Brizola, não será portanto “mais um na miríade de partidos existentes no Brasil”.

Nenhuma governança efetivamente brasileira teve a longevidade do nacional trabalhismo. Ela está exposta com detalhes e comentários indispensáveis nos três volumes que compõem *A Era Vargas*, do historiador e jornalista José Augusto Ribeiro, publicados em 2001 pela Casa Jorge Editorial, do Rio de Janeiro.

No domingo, 15 de agosto de 2004, o jornalista Pedro do Couto, ocupou toda página A8 do *Jornal do Brasil* sobre os 50 anos do suicídio no Palácio do Catete, com o título “Vargas, o estadista que não podia errar”. E conclui sua matéria recordando o mês de agosto na vida de Vargas.

“Agosto era o mês da sua vida e da sua morte: agosto de 30, Aranha obtém o apoio do lendário Borges de Medeiros para a revolução; agosto de 42, declaração de guerra ao nazismo; agosto de 44, emissão de Aranha do Itamaraty; agosto de 45, ultimo dos generais para manter as eleições de dezembro; agosto de 53, retorno de Aranha ao varguismo, nomeado para ministro da Fazenda; agosto de 54, a crise, a deposição anunciada, o suicídio. Vargas foi só para a história, não citou ninguém na carta. Com o passar do tempo, seu vulto cresce, como agora, 50 anos depois”.

O que mantém por meio século, de 1930 a 1980, a Era Vargas? A ideologia nacional trabalhista. Ao ser empossado presidente do Governo Provisório da Revolução de 1930, em 3 de novembro, Getúlio tinha consciência que encontraria o País com a estrutura colonial ainda em pleno vigor e, prioritariamente, precisava trazer para o Estado as questões da cidadania, colocá-las no governo.

Em 14 de novembro, 11 dias após posse, assina o Decreto 19.402, criando o Ministério da Educação e Saúde Pública, entregando esta pasta ao mineiro Francisco Luís da Silva Campos. Pelo Decreto 19.433, de 26 de novembro de 1930, institui o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e escolhe o gaúcho Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor para o conduzir.

Afastados, por quase um século, da ocorrência deste movimento marcante da vitória de uma Revolução Cívico, Militar e Popular, única na História do Brasil, é fundamental contextualizá-lo.

Até 1888, ou seja, somente distante 42 anos da criação do Ministério do Trabalho, a escravidão no Brasil era legal; nada, nenhum poder, nenhuma medida administrativa impedia que um ser humano fosse tratado como coisa, sem qualquer direito, apenas ordens a cumprir nas terras e casas de seus donos.

Por seu turno, toda estrutura administrativa, o “Regimento”, que nascera da Carta Régia de Dom João III, Rei de Portugal e Algarves, entregue a Tomé de Sousa, para instituir o governo-geral do Brasil (1549), constituía-se somente de três funções: para defesa externa (capitão-mor, a princípio apenas marítima para defesa da costa), para defesa interna (ouvidor-mor, quer para ações judiciais quer policiais) e para gestão das finanças (provedor-mor, para arrecadar tributos, gerir os custos da administração e enviar o que fosse possível para Portugal). Tudo mais estava entregue à iniciativa privada.

Por 381 anos, apesar do surgimento do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815), mesmo com a Independência (1822), com a República (1889) apenas pelo crescimento das atividades estas foram se desmembrando, constituindo novas gestões. Exemplificando: as finanças se multiplicaram em fazenda, agricultura, indústria, comércio, e viação e obras públicas; a defesa interna em justiça e negócios interiores; e a defesa externa em Marinha e Ministério da Guerra. De novidade apenas as Relações Exteriores pela Independência formal de Portugal, pois foram mantidos não só o modelo monárquico, como a mesma família real.

E o Brasil da primeira república, daquela República Velha, que ressurgiu, devido o poder das finanças, a partir de 1980 e tudo abarca, após a “redemocratização” e a eleição de Fernando Collor (1990), se era então deverdor dos bancos ingleses, continua hoje de todo um sistema financeiro apátrida.

Mas, naqueles longínquos anos 1930, ao ser auditada por Getúlio Vargas, permitiu, nas palavras do jornalista Beto Almeida, ter redução “superior a 60% em relação à dívida reconhecida pelo governo” e a “relação entre a dívida externa e as exportações de bens, reduziu-se de 4,06%, em 1930, para 0,4 % em 1948. Além disso, o serviço da dívida externa sobre as exportações teve uma queda de 30%, em 1930, para 7% em 1945, quando Getúlio é derrubado por golpe militar” (Beto Almeida, “Auditoria Dívida externa garantiu industrialização e fundação

de direitos na Era Vargas”, artigo apresentado no Congresso Internacional Virtual sobre o Sistema da Dívida em tempos de Financeirização e a Importância para Interromper a Barbárie, organizado pela Auditoria Cidadã da Dívida – ACD e pela Red Internacional de Cátedras, Instituciones y Personalidades sobre el Estudio de la Deuda Pública (RICDP), reproduzido em Aepet Artigos, 3/12/2020).

Estado ou mercado

“O trabalhismo é o movimento político mais consistente na vida brasileira.” A razão desta expressiva e forte afirmativa do presidente do PTB, Vivaldo Barbosa, se justifica pela desinformação, pela inconsistência das verdades apresentadas pelas mídias hegemônicas, que vêm causando ações desconexas e aceitação de objetivos que nos são prejudiciais e, em especial, aos que se submetem às imposições neoliberais e aos interesses das finanças apátridas.

Vejam os custos do nacional trabalhismo se posiciona diante do Estado versus Mercado. No brevíssimo retrospecto da estrutura organizacional do Estado no Brasil, viu-se que, antes de Getúlio Vargas, as atividades formadoras da cidadania estavam, se existentes, todas na esfera privada.

Instrução, saúde, urbanização, habitação, mobilidade urbana, garantia dos direitos e circulação de informações estavam sob o planejamento, execução e controle do “mercado”, usando a expressão hodierna para a iniciativa privada.

E assim ficavam enfraquecidas as funções de garantia e defesa da soberania. É só lembrar que eram, até a independência de 1822, os senhores das terras, era o poder fundiário que realizava o alistamento para o serviço militar.

Vejam-se os analfabetos. Em 1920, a taxa de analfabetismo era 71,2%; em 1940, com uma década de governo Vargas, se reduziu a 38,8%, para a população de cinco anos ou mais e de 43,3% para a população de dez anos ou mais. No discurso proferido em 18 de agosto de 1933, Getúlio afirmou: “Há profunda diferença entre ensinar a ler e educar. A leitura é ponto inicial da instrução, e essa, propriamente, só é completa quando se refere à inteligência e à atividade. O raciocínio, força máxima da inteligência, deve ser aperfeiçoado, principalmente por sabermos que o trabalho manual também o exige, pronto e arguto. A instrução que precisamos desenvolver, até o limite extremo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica”.

E após a Constituição de 1934, em discurso proferido a 2 de dezembro de 1937, “a Constituição em vigor estabelece a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário. O volume de iletrados

constitui obstáculo ponderável, tanto ao aparelhamento institucional, como para o desenvolvimento das atividades produtivas. É preciso reduzi-lo rapidamente, e nessa campanha devem empenhar-se todos, em estreita cooperação com o Estado”.

Enquanto países tão ou mais pobres do que o Brasil, aqui na América Latina, se apresentam no cenário mundial como “territórios livres do analfabetismo”, Bolívia, Cuba, Nicarágua, Venezuela, ainda apresentamos 9,3 milhões de analfabetos, o que corresponde a 5,4% da população brasileira.

Quanto à saúde, na mensagem de 15 de novembro de 1933, Getúlio Vargas afirmava: “Questões interdependentes e correlatas por natureza e finalidade, as referentes à educação e saúde públicas só admitem solução comum. O homem valoriza-se, é certo, pela cultura da inteligência, mas não poderá atuar no sentido de eficiência social se estiver fisicamente incapaz ou encontrar meio hostil, impróprio à vida saudável e sem condições de adaptação produtiva”.

Seis anos depois, em novembro de 1939, Getúlio volta a tratar das calúnias, das agressões que dirigidas ao Brasil buscam lhe atingir, ao discursar: “O Estado Novo quer destruir o conceito pejorativo, invocado frequentemente para nos diminuir, segundo o qual o Brasil é um vasto hospital.”

O sagaz leitor já está se perguntando, como reagiam as forças que por 400 anos se locupletavam com as riquezas e o trabalho dos brasileiros e foram derrotadas na Revolução de 1930.

O nacional trabalhismo foi o vitorioso em 1930, ainda que, como instituição política, só viesse existir em 15 de maio de 1945, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e quatro meses depois realizada sua primeira convenção, sendo eleita sua Comissão Executiva Nacional (14/9/1945).

No entanto, muitos erros são encontrados até mesmo sem aparente intuito oposicionista, para que o ideal de Vargas, prosseguido por Brizola, não chegasse corretamente a todos brasileiros.

O site do Memorial da Democracia expõe: “O novo partido, inspirado no trabalhismo inglês, propunha-se a absorver em seus quadros os trabalhadores urbanos”. Nada mais falso. E na sequência das desinformações dá a entender que o PTB surgiu para disputar com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) os operários no Brasil.

O nacional trabalhismo de Getúlio e Brizola tem raízes nacionais, independentistas, abolicionistas, e como única abolição, o positivismo, já aclimatado ao Brasil pelo Governante do Rio Grande do Sul por quase toda década de 1890, Júlio de Castilhos, que mostra suas digitais na Con-

stituição Estadual de 1891.

Porém tudo amalgamado pela privilegiada inteligência, cultura, experiência política e o elevado patriotismo de Getúlio Dornelles Vargas, que se imolou ao altar da Pátria, no gesto extremo de 24 de agosto de 1954, e levou o nacional trabalhismo por meio século, o mais fecundo momento de toda nossa história, a governar o Brasil.

Porém o PTB que está sendo refundado tem passado, mas olha para frente, para o futuro. E o que está em disputa neste século 21 é o tempo de potências dominantes e suas colônias, a unipolaridade, e o futuro da colaboração entre Estados Soberanos, a multipolaridade.

A unipolaridade ocidental é a história de um passado escravocrata. Tem início na Idade Média, quando o poder estava na Igreja Católica Romana, com o advento da Idade Moderna, passa sucessivamente por Portugal e Espanha, pela França, pela Inglaterra e já na Idade Contemporânea está nos Estados Unidos da América (EUA), cujo atual presidente fez campanha para ressuscitar: “Make America Great Again”.

No entanto, a multipolaridade encontra suas instituições que dia a dia, ano a ano, crescem e se fortalecem cativando cada vez maior número de Estados Nacionais: os Brics (2009) e a Iniciativa do Cinturão e Rota (2013).

Os Brics, um acrônimo, dos países que, ao início do século 21 despontavam na economia mundial: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Hoje conta com Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Irã, e, após a reunião de Cúpula de Kazan (2024), foram admitidos como parceiros: Bielorrússia, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Indonésia, Malásia, Tailândia, Turquia, Uzbequistão e Vietnã. E existem muitos que já manifestaram sua intenção de se associar aos Brics, como Argélia, Azerbaijão, Bahrein, Bangladesh, Belarus, Chade, Nigéria e República do Congo.

A Iniciativa do Cinturão e Rota (ICR), ou a Nova Rota da Seda, já conta com 150 países sendo 44 da África Subsaariana; 34 da Europa e da Ásia Central; 25 do Leste Asiático e Pacífico; 22 da América Latina e Caribe; 19 do Oriente Médio e Norte da África; e 6 do Sudeste Asiático. Os governos brasileiros ainda não tiveram a autonomia e coragem para largar a unipolaridade e ingressar na ICR, no mundo do futuro.

O PTB, coerente com seus princípios nacionais trabalhistas, não apoia a colonização em qualquer forma que se revista e se disfarce. Ingressar no mundo multipolar é dar não à escravidão, ao domínio das finanças apátridas e sim ao país e ao seu povo.

Pedro Augusto Pinho
é administrador aposentado.

Monitor Mercantil



Diretor Responsável

Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial

Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:

Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912

monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura

Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



Monitor Mercantil S/A

Rua Marçílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.

Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192



FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Google causa terremoto nas pretensões privadas

Na madrugada de sexta-feira passada (14), moradores de São Paulo e Rio de Janeiro receberam em seus celulares um alerta de terremoto, de magnitude entre 4,2 e 5,5, a 55 km de Ubatuba (SP). O aviso foi enviado para alguns aparelhos que utilizam sistema operacional Android, do Google. O erro, além do alarme que causou, serve como alerta para as consequências de tentar privatizar funções do Estado. Atentos devem ficar também os cidadãos dos EUA, onde Elon Musk busca levar uma suposta eficiência privada a serviços estatais que, em última análise, parece mirar na privatização da própria Presidência da República.

O episódio do terremoto no Brasil levanta muitas questões, entre elas:

1) A intromissão na vida das pessoas, que não optaram pelos alertas (a menos que conste naquelas letrinhas miúdas do contrato unilateral que ninguém lê, até porque, se ler e não aceitar, não poderá usar o sistema) e que não têm opção para desativá-los.

2) O alerta se baseia no monitoramento dos acelerômetros, peças que detectam vibrações e velocidade. Assim, o Google recebe informações a partir dos aparelhos dos usuários de Android; imagine o que coleta através das câmeras e dos microfones.

3) Os danos do duopólio nos sistemas operacionais dos celulares. Google e Apple dividem o domínio, com práticas que, no final, são muito similares. O usuário fica sem ter para onde correr. Se a chinesa Huawei for bem-sucedida com o sistema que está lançando, poderá surgir uma opção.

4) A insistência do Google, crítica extensiva às demais Big Techs, em acreditar que seus algoritmos (substitua por inteligência artificial, se preferir) são suficientes para determinar o que é verdade, abdicando da supervisão humana. A simples leitura de um livro do Ensino Fundamental bastaria para saber que a região que recebeu o alerta não é afetada por tremores significativos.

5) A necessidade de uma punição severa pelo susto, danos à imagem do País e consequências que o alerta de terremoto poderá causar. Punição em grana, e alta (se o Google pagar, são outros 500).

Por fim, fica o alerta – este sim real – sobre os danos que podem ser causados pela obediência ideológica à tese de que tudo que é privado é melhor. Ideia vazia que mostra seu pior lado quando tenta abocanhar tarefas típicas de Estado. Se agências reguladoras e outros órgãos podem ter seus defeitos e serem sujeitas a influências políticas e econômicas, muito pior é o cidadão não ter qualquer interferência sobre elas.

Rápidas

O CreativeMornings São Paulo, evento global gratuito que acontece mensalmente em mais de 240 cidades, será realizado nesta sexta-feira, 8h, na Vila Madalena (SP). O encontro, que é apoiado pela Adobe, tem o objetivo de promover conexões entre pessoas e profissionais de diferentes áreas e fortalecer a criatividade e será conduzido pelo escritor Luca Brandão. Inscrições gratuitas em creativemornings.com/talks/luca-brandao-layers *** No próximo sábado, das 10h às 14h, o Caxias Shopping realiza nova edição da Campanha Adote um Pet, em parceria com a ONG Gatinhos da Praça *** Interpretado pela atriz Jussara Calmon, o espetáculo *Luç Del Fuego – Uma História Além da Vida* encerra sua temporada nesta sexta-feira, no Cine Teatro Joia, em Copacabana, às 20h.

China bate recorde de investimentos no Brasil

ApexBrasil: segue como maior parceiro comercial

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) lançou, nessa segunda-feira (17) o Perfil de Comércio e Investimentos China 2025, estudo que detalha a relação econômica e as oportunidades de negócios entre os dois países. O levantamento aponta que a China manteve sua posição como principal investidor asiático no Brasil, com um estoque de Investimento Estrangeiro Direto (IED) de US\$ 45,3 bilhões em 2023, um crescimento de 22,1% em relação a 2022. Com o resultado, a China se posiciona como 9º maior investidor no Brasil, conforme dados oficiais do Banco Central do Brasil.

Segundo o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), esse número pode ser ainda maior, na ordem estimada de US\$ 73 bilhões, o que tornaria a China o quinto maior investidor no

Brasil em termos de estoque total, atrás apenas de Estados Unidos, Países Baixos, França e Espanha, respectivamente. Desde 2021, o volume de investimentos chineses no país vem registrando recordes anuais. Entre 2014 e 2024, foram anunciados 137 projetos de investimento greenfield com capital chinês no Brasil, totalizando US\$ 10,6 bilhões. Os investimentos se concentram nos setores de energia, infraestrutura e indústria automotiva.

A China foi o principal destino das exportações brasileiras em 2024, respondendo por 28% do valor total exportado e por 41,4% do superávit comercial do Brasil. O Brasil se consolidou como o maior fornecedor de soja, carne bovina, celulose, açúcar e carnes de aves para o mercado chinês. No entanto, as exportações seguem concentradas em commodities, com soja (33,4%), petróleo

bruto (21,2%) e minério de ferro (21,1%) representando 75,6% do total exportado. O estudo sublinha a necessidade de diversificação e aumento do valor agregado das exportações para a China.

A ApexBrasil identificou 400 oportunidades para ampliar as exportações brasileiras no país asiático, incluindo produtos como aço, cobre, trigo, café, máquinas, equipamentos e medicamentos. Outro estudo da Agência também aponta potencial em cidades chinesas de nível 2, menos exploradas por exportadores brasileiros.

Setor automotivo

Em 2024, a China foi a maior fornecedora do Brasil, representando 24,2% das importações totais de bens, quatro vezes a participação registrada em 2004. Entre os produtos mais importados estão veículos

elétricos e híbridos, equipamentos de telecomunicações e máquinas industriais.

As tensões comerciais nos mercados da Europa e dos EUA têm suscitado a busca por diversificação na estratégia de expansão global das montadoras chinesas, que têm buscado internacionalizar sua produção.

A partir de 2025, montadoras chinesas BYD e GWM iniciarão a fabricação de veículos elétricos e híbridos no Brasil, em Camaçari (BA) e Iracemápolis (SP), respectivamente, com incentivo do Programa Mover, o que tende a reduzir as importações brasileiras desses produtos. Quer saber mais sobre oportunidades, tendências de comércio, questões de acesso a mercado? O Perfil de Comércio e Investimentos China 2025 está disponível para consulta gratuita no site da ApexBrasil.

Quatro novos blocos foram incluídos na Oferta Permanente de Partilha

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou, nesta terça-feira, a inclusão dos blocos Hematita, Siderita, Limonita e Magnetita, na Oferta Permanente de Partilha de Produção (OPP), no sistema de Oferta Permanente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Para esses blocos, a expectativa de arrecadação governamental é de mais de R\$ 522 bilhões durante a vida útil dos projetos, dos quais R\$ 923 milhões em

bônus de assinatura, que podem ser arrecadados ainda em 2025, e previsão de R\$ 511 bilhões em investimentos no período. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, destacou que a decisão reforça a estratégia de garantir segurança energética ao país.

“A inclusão desses blocos no regime de partilha é um passo estratégico para assegurar a regularidade dos leilões de petróleo, garantindo investimentos robustos, geração de empregos e recursos expressivos para a União. É

mais uma entrega do programa Potencializa E&P, que demonstra o compromisso do governo federal em ampliar oportunidades no setor e assegurar o abastecimento energético do Brasil”, afirmou.

Os quatro blocos estão localizados no polígono do pré-sal, especificamente na Bacia de Campos, localizada nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Eles se juntam aos outros vinte e quatro blocos já autorizados pelo CNPE anteriormente. Com isso, existe a

possibilidade de que o próximo leilão, previsto para junho, seja o maior já realizado no regime de partilha de produção em quantidade de blocos disponíveis.

O Brasil tem um regime regulatório misto para exploração e produção de petróleo e gás natural. Há três regimes jurídicos-fiscais em vigor: concessão, cessão onerosa e partilha de produção. Até 2010, todas as áreas para exploração de petróleo e gás natural no Brasil eram concedidas sob o regime de concessão.

ANS abre consulta pública sobre sandbox regulatório

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) abriu, nesta terça-feira, consulta pública para receber contribuições de toda a sociedade sobre a proposta de implementação de um ambiente regulatório experimental (sandbox regulatório) para testar um produto com cobertura para consultas estritamente eletivas e exames.

O objetivo é ampliar e simplificar o acesso dos brasileiros aos planos de saúde, aumentando a oferta e a diversidade de produtos na saúde suplementar e ampliando o alcance desses planos em todo o país. A Consulta Pública 151 ficará aberta até 4 de abril no próprio site da ANS (<https://www.gov.br/ans/pt-br>), onde também estão disponíveis os documentos relacionados

à proposta durante o período de consulta.

A ANS informou que as operadoras que quiserem participar desse ambiente experimental deverão criar e registrar um novo produto, no formato coletivo por adesão seguindo as diretrizes propostas pela agência. Além disso, elas deverão oferecer bônus aos beneficiários que participarem de programas de cuidado e permanecerem no plano após o período de testes, que será de dois anos. Depois disso, a ANS fará uma avaliação para decidir se o modelo pode continuar ou se será descontinuado.

De acordo com dados do Ministério da Saúde e da Organização Pan Americana de Saúde, a atenção primária tem capacidade de resolver de 80 a 90% das necessidades de saúde de

uma pessoa ao longo da vida. Com a criação desse novo produto, a expectativa da Agência é ampliar a quantidade de pessoas com acesso à atenção primária e secundária. Os consumidores que não têm condições de pagar por um plano de saúde e que buscam atendimento em clínicas populares ou através dos cartões de desconto - que não contam com qualquer regulação ou fiscalização - poderão ter acesso a atendimentos preventivos e primários de saúde, podendo ter diagnósticos precoces, acompanhamento em saúde e evitando o agravamento de doenças.

A ideia é oferecer aos brasileiros opções de produtos regulados, com segurança e garantia de cobertura para consultas eletivas de todas as especialidades e para exames que estão no rol, sem

limite de quantidade”, argumentou a ANS. A proposta do ambiente regulatório experimental segue as determinações da Resolução Normativa 621/2024, que trata das regras para constituição e funcionamento de ambiente regulatório experimental na Agência, que está de acordo com o Guia Referencial de Sandbox Regulatório da Advocacia-Geral da União (AGU).

A agência informou que o objetivo é trazer soluções para esse mercado, a partir de estudos a serem desenvolvidos pela área técnica da reguladora e da ampla participação da sociedade e de todos os atores do setor. Assim, além da consulta pública, a agência também irá promover a Audiência Pública 52, que será realizada no dia 25 de fevereiro, para debater o tema.



CULTURA & VARIEDADES

Philippe Deschamps
Jornalista e mestre em
Administração de Empresas

Um Rio de Janeiro que ainda resiste

Convido o leitor a fazer um exercício durante a semana. Pegue o metrô no horário do rush e tente achar alguém lendo um jornal impresso ou um livro à moda antiga. Vai ser difícil. Por observação livre, arrisco dizer que 90% das pessoas estarão olhando celular, trocando mensagens de WhatsApp ou simplesmente rolando a tela do telefone para cima. A sensação é que estamos lendo menos.

Apesar disso, indo contra a maré, alguns sebos resistem vendendo livros no Centro do Rio de Janeiro, mantendo uma clientela fiel que não se incomoda com o calor entre as estantes apertadas. Perto da Praça Tiradentes, na Avenida Passos, a Academia do Saber tem duas lojas. A Livraria Silverio, do outro lado da calçada, é mais uma opção. Se virar a esquina e entrar na Rua Luís de Camões, o leitor anda mais alguns metros e, pouco depois do Real Gabinete Português de Leitura (uma preciosidade!), vai encontrar duas lojas da Letra Viva – a segunda é uma espécie de antiquário, um espaço amplo e convidativo para quem aprecia casas do ramo. E aqui me ateno exclusivamente a esse pedacinho do Centro, que chegou a ser condenado na época da pandemia, mas, ao que parece, vai retomando, mesmo que de forma gradual, um pouco da pulsação de outrora.

O amigo leitor que quiser se aventurar por esse roteiro improvisado da Avenida Passos e cercanias pode aproveitar a deixa para tomar um café e comer uma madrileña (uma espécie de pão doce com goiabada) na Confeitaria Manon, na Rua do Ouvidor, a uns 500 metros da Letra Viva. Fundada em 1942, a histórica doceria foi usada de cenário para a gravação de uma das cenas de *Ainda Estou Aqui*. Nela, Eunice Paiva lancha com os filhos e, vendo outras famílias reunidas, sente uma tristeza profunda ao perceber que nunca mais terá esse privilégio. A ausência do marido é uma dor profunda que ela não pode compartilhar com os filhos. Só essa cena já vale o Oscar para Fernanda Torres.

Abre parênteses. Tenho a impressão que Walter Salles quis reproduzir na Manon a tradicional Chaika com seus waffles inesquecíveis, na Visconde de Pirajá, pertinho da Praça Nossa Senhora da Paz. Fechada em 2012, ela ficava ao lado da também icônica Confeitaria Ipanema, que, infelizmente, fechou as portas esse ano. Mas, voltemos ao Centro da cidade e ao nosso passeio pela região. Fecha parênteses.

Saindo da Manon, o leitor pode caminhar por mais um quilômetro e dar outra parada estratégica na Rua Sete de Setembro, na Casa Cavé, para apreciar um dos inúmeros doces expostos no balcão que está ali desde 1860. Nem vou falar da Colombo, na Gonçalves Dias, pois nessa fica difícil de conseguir lugar, fazendo jus ao ponto turístico que é.

Depois de circular pelos sebos, passar no Real Gabinete Português de Leitura e engordar algumas grammas nas confeitarias, é hora de almoçar. Vou então lhe dar quatro opções: vamos começar pelo mais antigo, o Rio Minho, na Rua do Ouvidor, fundado em 1884. Um misto de cozinha portuguesa com espanhola, é indicado para quem curte frutos do mar servidos naquelas belas e rústicas travessas de barro. Suas paredes de madeira são um charme à parte e nos fazem sentir o cheiro dos tempos do imperador.

Os outros três pontos são mais “novos”, abertos entre 1906 e 1913. A Leitaria Mineira, na Rua da Ajuda, na boca do metrô da Carioca, serve língua com purê e bife de fígado à Lisboeta, além de outros pratos supertradicionais. Mas não tente escolher strogonoff de carne no dia do strogonoff de frango. Eles têm dias específicos, e em tradição não se mexe. Fora isso, você pode fazer todos os pedidos da mesa de uma só vez que o Seu José, com mais de 60 anos de casa, vai memorizar e trazer tudo certinho – e rápido. A conta ele faz na mão, em uma tirinha de papel, e o cliente, por óbvio, não confere. Nem uma calculadora HP 12C turbinada faria melhor.

A Casa Urich é pertinho da Leitaria e dá para ir andando. Em cinco minutos você chega na Rua São José e, com sorte, acha uma mesa para comer um tradicional prato alemão. Pode ser o kassler defumado com chucrute e salada de batata ou, se preferir, apenas o salsichão (vermelho ou branco) com croquetes e mostarda escura. Na parede, sobre os azulejos e verdades repousam alguns quadros antigos com fotos em preto e branco.

Para fechar esse tour, se ainda tiver disposição nesse calor incivilizado, o leitor pode andar pela Avenida Rio Branco, atravessar a Presidente Vargas e sentar nas mesinhas de madeira com toalha de plástico vermelha da Casa Paladino, na Rua Uruguaiana, esquina com Marechal Floriano. Você pode então escolher entre umas 50 combinações de omelete ou 30 opções de sanduíches generosamente recheados. Se preferir, peça para a omelete vir dentro do pão. Na saída, pode comprar uma cachaça ou uma lata de azeite. Os preços são fáceis de identificar: estão escritos à mão.

Bom, para fechar, nada melhor do que um bom café. Ao sair do Paladino, dobre à direita e peça um pingado no Café Capital, há mais de 80 anos servindo a bebida no mesmo local. Sempre cheio. O Centro do Rio resiste e o carioca, orgulhoso, agradece.

Blocos de carnaval animam as vendas do comércio carioca

Animado com o aquecimento do movimento nas lojas especializadas em produtos para o Carnaval, principalmente pelo grande número de foliões dos blocos carnavalescos que não exigem fantasias padronizadas, a expectativa do comércio carioca é de um incremento de 3,5% nas vendas até o fim do período, superando a estimativa anterior de 2%. A informação é do Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDL-Rio) e do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (Sindilojas-Rio).

De acordo com Aldo Gonçalves, presidente do CDL-Rio e do Sindilojas-Rio, as vendas de produtos

para o Carnaval vão contribuir significativamente para o total das vendas no mês de março.

“O lojista está animado e a presença do grande número de turistas nacionais e estrangeiros na cidade estimula e movimentam o comércio. Mas o fenômeno que tem colaborado bastante para o aumento das vendas de produtos para o Carnaval é o crescimento do número de blocos carnavalescos, que por não usarem fantasias padronizadas contribuem bastante para as vendas de adereços, fantasias, chapéus, fitas, camisetas, meias, bermudas, shorts, sandálias e outros produtos”, diz Aldo.

De acordo com a Prefeitura do Rio de Janeiro, a previsão é de que este ano o

Carnaval do Rio mobilize 6 milhões de pessoas para assistir à maior festa popular do mundo e os blocos de rua, gerando a entrada de milhões de dólares na economia da cidade.

Segundo os lojistas adereços e fantasias, tecidos, bermudas, shorts, camisetas, linha de praia – biquíni, maiô, saídas de praia – e vestuário comum são os produtos que estão sendo mais vendidos. O preço médio das compras está em torno de R\$ 150 e os clientes estão utilizando o cartão de crédito, Pix, dinheiro, cartão de débito como forma de pagamento.

Já estudo da Shopee intitulado “Data Shopee” apontou as buscas e as vendas de itens temáticos

no Rio de Janeiro no período dos últimos 45 dias e registrou que, entre os destaques, o termo “fantasia Fernanda Torres” teve aumento de mais de 40 vezes nas buscas. O termo Globo de Ouro também obteve um aumento de mais de oito vezes nas buscas.

Outros produtos que se destacaram na busca dos foliões foram fantasia Neymar e fantasia Belo. Entre os itens mais vendidos para a folia estão meia arrastão, fantasia Minecraft, leque e fantasia Moana, mostrando a diversidade de estilos e inspirações que devem marcar o Carnaval 2025.

A busca por fantasias Plus Size cresceu 11 vezes, enquanto as vendas aumentaram mais de 21 vezes.

Têxtil: faturamento de R\$ 212,6 bilhões em 2024

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção (Abit) mostra que o setor retomou um ciclo de crescimento no ano passado, após enfrentar dificuldades da pandemia e as incertezas que têm permeado o país. Em 2024, o segmento têxtil registrou crescimento de 4,8% na produção em relação ao mesmo período de 2023, enquanto o vestuário avançou 3,9%.

Para 2025, a Abit projeta um crescimento de 1,2% em toda a Cadeia, a depender, é claro, do cenário do PIB nacional que reflete no poder de compra dos consumidores. Mas o setor está otimista e projeta investimentos.

Acreditando que um setor forte precisa ter uma feira de insumos robusto, que atraia compradores nacionais e internacionais, a Abit está na correalização da Febratêxtil, juntamente com FCEM e Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Es-

tado de São Paulo (Sinditêxtil-SP). Depois das duas últimas edições de sucesso realizadas antes da pandemia, a feira retorna ao Center Norte, em São Paulo, entre os dias 18 e 20 de fevereiro. O evento busca promover a integração dos segmentos de fios, tecidos, denim, malharias, aviamentos e complementos. Além de insumos, tecnologias e serviços, proporcionando, para as empresas e profissionais da confecção, moda e varejo, um ambiente que oferece soluções para os mais diversos processos criativos, produtivos e de gestão da cadeia têxtil.

“Estamos entusiasmados com a retomada da Febratêxtil em São Paulo, um marco essencial para a cadeia de insumos têxteis do Brasil. Esta feira é estratégica para consolidar o crescimento do setor, com empresas fornecedoras e compradoras de matérias-primas feitas no País. Essa integração é que fortalece um setor”, declara Fernan-

do Pimentel, diretor-superintendente da Abit.

Setor em 2024

O setor fechou com faturamento de R\$ 212,6 bilhões em 2024, ante R\$ 203,9 bilhões de 2023, compreendendo 25,3 mil empresas com mais de cinco funcionários, gerando 1,3 milhão de empregos diretos e contribuindo com R\$ 32,9 bilhões em salários e remunerações. Além disso, recolheu R\$ 24,4 bilhões em impostos e taxas. Os dados ratificam a posição da indústria têxtil e de confecção brasileira como a quinta maior do mundo.

A Abit também reiterou o empenho para alavancar o setor rumo à sustentabilidade e inovação com o lançamento da Liga da Descarbonização. Lançada em 2024, a iniciativa busca intensificar a jornada de descarbonização das empresas associadas, com uma agenda de diálogo, orientação e acompanhamento das empresas que estão aderindo à Liga.

No comércio exterior, as exportações de produtos têxteis e de confecção em 2024 totalizaram US\$ 908 milhões, enquanto as importações chegaram a US\$ 6,6 bilhões, resultando em um saldo negativo de US\$ 5,7 bilhões. Em relação ao ano anterior, o volume das importações aumentou 20,8% e das exportações diminuiu em 3,9%. As compras externas de roupas tiveram expansão de 21,4%, sendo a maior parcela advinda da China.

Apesar do déficit na balança comercial, o setor busca fortalecer sua competitividade no mercado internacional. Nesse sentido, o programa Texbrasil, realizado por meio de parceria entre a Abit e a Apex, apoiou 181 empresas em 20 feiras e eventos internacionais em 2024. Outro programa da Abit, o Vista Brasil, numa promoção conjunta com o Sebrae e voltado ao fomento de micro e pequenas empresas, apoiou 15 delas em duas feiras nacionais.

Com alta da inflação, famílias mantêm cautela em 2025

Gastos das famílias no começo do ano com IPTU, IPVA e material escolar impactam a renda e refletem na retração do consumo. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), pesquisa realizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), registrou 123,5 pontos — quedas de 7,3%, em comparação ao mesmo mês do ano passado, e de 1,7%, em relação a dezembro, evidenciando essa cautela. Já o Índice de Intenção de Con-

sumo das Famílias (ICF), que reflete a percepção e a intenção de consumo no comparativo mensal, registrou alta de 3,1%, marcando 111,8 pontos. No comparativo interanual, registrou queda de 1,7%.

De acordo com a Federação, as projeções econômicas de 2025 apontam dificuldades para os consumidores, principalmente pela alta da inflação (estimada em 5,5% para 2025). Por isso, o planejamento financeiro com o ajuste do orçamento e a redução do endividamento será essencial. Já

para os empresários, as estratégias devem ser focadas na eficiência operacional. Empresas com soluções personalizadas, condições de pagamentos diferenciadas e que priorizem a experiência do cliente estarão mais preparadas para lidar com esse cenário.

O Índice das Condições Econômicas Atuais (ICEA), que compõe o ICC e mede a percepção dos consumidores sobre o momento presente, registrou queda de 0,5% em comparação com janeiro de 2024, atingindo 122,3 pontos. Entretanto, o Índice de

Expectativas do Consumidor (IEC) teve a maior contribuição para a queda do ICC no comparativo anual, recuando 11,3% no comparativo interanual e registrando 124,3 pontos. Esse desempenho reflete as preocupações dos lares com o futuro da economia, dado o ambiente de juros elevados, inflação acima da meta e incertezas acerca das conjunturas fiscal e cambial. A queda de 2% em relação ao mês anterior reforça que essas preocupações persistem e afetam negativamente as decisões de consumo e investimento.

Fontes eólicas representam apenas cerca de 6% da oferta global de energia

A capacidade instalada mundial de energia eólica offshore terá de alcançar 494 GW, em 2030, o que significa quase sete vezes mais do que a registrada em 2023, de 73 GW. A estimativa é da Agência Internacional para Energias Renováveis (Irena, na sigla em inglês) e leva em conta as necessidades previstas de expansão das energias renováveis no Acordo de Paris que trabalha como evitar o aumento da temperatura média de 1,5° C.

As informações fazem parte do estudo “Eólicas Offshore: viabilidade, políticas e perspectivas” (<https://inep.org.br/wp-content/uploads/2025/02/eolicas-offshore-viabilidade-politicas-e-perspectivas-docx.pdf>), realizado por José Sergio Gabrielli, pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep). O trabalho aborda o mercado da energia eólica no mundo, sua evolução nos últimos anos, projeções de expansão, custos, dificuldades atuais e a legislação, com destaque para a brasileira.

Em janeiro último, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que regulamenta o uso das eólicas offshore no Brasil. A pesquisa de Gabrielli detalha o portfólio mundial de projetos de energia eólica, que é grande. A China lidera tanto o crescimento da geração como a expansão da indústria de suprimento de equipamentos para o setor.

O Reino Unido e o Mar do Norte também chamam a atenção pela concentração de projetos. A análise dos dados mundiais revela, por exemplo, que do ponto de vista dos custos atuais e projetados, a tendência é de queda a médio e longo prazos.

O estudo destaca que embora representem ape-

nas cerca de 6% da oferta global de energia, as fontes eólicas têm uma grande possibilidade de expansão, considerando-se que o potencial gerador dos ventos onshore e offshore ultrapassa a atual demanda de energia do mundo.

Para Gabrielli o que se verifica é um quadro positivo, apesar de o ano de 2024 ter sido marcado por crises, atrasos, adiamentos de projetos, estouro de orçamentos e poucas tomadas de decisões finais de investimentos. A posse, em janeiro último, de Donald Trump, na presidência dos Estados Unidos, também é, segundo o pesquisador, fonte de incertezas, assim como a deterioração das condições macroeconômicas de alguns países e as dúvidas sobre a trajetória futura do crescimento da China.

Brasil

No Brasil, ainda não há usinas eólicas offshore em funcionamento, mas são vários os projetos em análise, principalmente no Ceará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, que aparentemente têm os melhores ventos marinhos no Brasil.

Segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), até agosto de 2024, existiam no Brasil 97 projetos de parques offshore cadastrados no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que somavam 234 GW de potência a ser instalada, aguardando as definições legais para iniciar, continuar ou postergar os investimentos. O potencial gerador da eólica offshore seria de mais de 1,2 TW e cada GW instalado representa um investimento de euros 2,5 bilhões na economia brasileira, segundo dados da entidade em 2024.

O problema das tarifas de importação dos Estados Unidos

Por Jorge Priori

Conversamos com Carolina Jezler Müller, sócia do Bichara Advogados, sobre o problema envolvendo o aumento das tarifas de importação dos Estados Unidos.

Como vão funcionar as tarifas recíprocas que foram anunciadas pelos Estados Unidos?

Na verdade, ninguém sabe muito bem como elas vão funcionar. Trump colocou as tarifas para México, Canadá e China, que depois foram suspensas por conta das negociações, e as tarifas para os produtos de aço e alumínio vindos de qualquer país, e que entrarão em vigor em breve. Além disso, existe um memorando que menciona a aplicação de tarifas recíprocas, que ainda serão estudadas. Por conta disso, não existem medidas concretas ou uma base legal fundamentada sobre como vão ser as tarifas recíprocas. Trump alega que os Estados Unidos vão colocar tarifas de importação para produtos específicos de países que aplicam tarifas maiores para os produtos americanos que eles importam, de forma a que esse cenário seja equalizado.

Essa diferença de tarifas tem como origem a Rodada do Uruguai, que criou a OMC (Organização Mundial do Comércio) em 1995, quando os países negociaram os limites máximos de tarifas que cada um poderia aplicar para cada tipo de produto. Em conformidade com essa negociação, os países em desenvolvimento poderiam aplicar tarifas mais altas que os países desenvolvidos. É por isso que o Brasil possui tarifas um pouco maiores que as tarifas americanas que são aplicadas sobre as exportações brasileiras.

Por mais que ainda não tenhamos os detalhes da implementação das tarifas recíprocas, a impressão, pelo histórico que se tem, é que isso vai ser usado como uma forma de se abrir negociações com os países para se obter alguma vanta-

gem para os produtos americanos.

Caso se confirme a aplicação das tarifas sobre aço e alumínio e das tarifas recíprocas, o que as empresas brasileiras, afetadas por essas tarifas, podem fazer?

A primeira medida seria questionar a legalidade das tarifas nos tribunais americanos. A segunda medida, que não seria tomada pelas empresas, e sim pelo governo brasileiro, seria acionar os Estados Unidos na OMC, que é responsável pela regulamentação do comércio mundial. O problema é que o Estados Unidos está bloqueando, há muitos anos, o órgão de apelação do sistema de solução de controvérsias da OMC.

Além disso, existe uma preocupação, que é muito levantada pelo setor brasileiro de aço, de que na hora em que os Estados Unidos aumentam a tarifa para as importações desse tipo de produto, existe um risco das exportações de outros países serem desviadas e inundarem outros mercados, como o brasileiro. Para que se possa proteger, eventualmente, setores que podem sofrer com esse desvio de comércio, existem mecanismos de defesa comercial, como a aplicação de medidas antidumping e a própria elevação das tarifas brasileiras até os limites negociados na OMC.

Por último, nós temos as negociações. Por exemplo, em 2018, os setores brasileiros de aço e alumínio negociaram cotas e outras medidas para evitar a aplicação de tarifas sobre as suas exportações para os Estados Unidos.

Com relação ao bloqueio do órgão de apelação da OMC, isso começou na primeira presidência de Trump, mas um tema que pouco se discute, é que esse bloqueio teve continuidade na presidência de Joe Biden. O que os demais membros da OMC podem fazer para desbloquear o órgão de apela-



Carolina Jezler Müller

ção da OMC?

Na verdade, o primeiro bloqueio aconteceu ainda durante o Governo Obama. Trump deu continuidade, mas como os representantes não foram renovados, já que eles possuem mandatos, chegou-se a falta de quórum já na primeira presidência de Trump. O Governo Biden, como você pontuou, manteve esse bloqueio através da não indicação e da não aceitação de nenhum outro árbitro para o órgão de apelação. Essa não é uma medida do Governo Trump, e sim uma política americana bastante estável, seguida tanto por democratas quanto por republicanos.

Com relação aos demais países, depois que foram feitas uma série de negociações, criou-se um mecanismo de arbitragem apartado que contou com a adesão de muitos deles, inclusive o Brasil, com o objetivo de manter o funcionamento da lógica do sistema de solução de controvérsias da OMC.

Os Estados Unidos sempre foram um tanto quanto receosos com relação ao sistema da OMC. Por exemplo, o Brasil já obteve vitórias importantes contra os americanos. Como os Estados Unidos estão fora do sistema, ele começa a não funcionar adequadamente contra eles. Isso porque esse sistema previa um tribunal com “dentes”, o que seria a joia da coroa das

negociações internacionais. Esse tribunal permitia medidas de retaliação caso um país não cumprisse as decisões do órgão de solução de controvérsias.

A tendência é que as retaliações sejam feitas à margem das regras da OMC ou com uma interpretação mais ampla das suas regras, tanto que quando os países falam que vão elevar suas tarifas ou aplicar outras medidas de retaliação, nós não estamos vendo um grande embasamento nas regras da OMC. Infelizmente, nós voltamos a um mundo menos regulado do comércio internacional.

Existe ambiente para o Brasil negociar cotas de importação, como ocorreu na primeira presidência de Trump?

É provável que exista espaço para negociação. Nós vimos isso com México e Canadá, quando as medidas foram suspensas no mesmo dia em que foram anunciadas. Como a elevação de tarifas vai trazer um grande impacto negativo para a economia americana, não é interessante para o próprio Trump aplicá-las. A sensação que se tem é que os Estados Unidos estão fazendo isso para obter margem para negociar e obter vantagens que não estão claras. Por exemplo, na questão do aço, existe uma discussão antiga de excesso de oferta no mercado global.

FARTURA AGROPECUÁRIA S.A.

CNPJ nº. 05.427.471/0001-02 - NIRE: 33.3.0026228-8

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente edital, ficam convocados os Acionistas da FARTURA AGROPECUÁRIA S.A. (“Companhia”), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará às 11h00min do dia 25 de fevereiro de 2025, na sede social da Companhia, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, 200 - 19º andar, Flamengo, com a seguinte Ordem do Dia: deliberação sobre (i) Eleição de um novo membro da Diretoria da Companhia para o mandato de 2025; e (ii) Apreciar e aceitar o termo de renúncia apresentado pelo Diretor sem designação especial, Sr. Wilson Lemos de Moraes Neto, registrando agradecimentos pelos serviços prestados e destacando sua trajetória e contribuições à Companhia. Observações: Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no website da empresa (www.wlm.com.br) e no website da CVM - Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), o inteiro teor do Termo de Renúncia do Diretor Sr. Wilson Lemos de Moraes Neto, para fins de apreciação e aprovação. Os acionistas deverão se apresentar antes do horário previsto para o início da AGE e portando os seguintes documentos: **Acionistas Pessoas Físicas:** cópia do documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia com no máximo 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data da AGE (ou seja, a partir de 23 de janeiro de 2025); **Acionistas Pessoas Jurídicas:** cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia com no máximo 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data da AGE (ou seja, a partir de 23 de janeiro de 2025); **Fundos de Investimento:** cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia com no máximo 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data da AGE (ou seja, a partir de 23 de janeiro de 2025). Caso o acionista seja representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, em estrita observância ao disposto no Art. 126, da Lei nº 6.404/76. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2025. Fernando Mauricio Araujo Guimarães - Diretor Presidente.

APL - ADMINISTRAÇÃO DE PÁTIOS E LEILÕES LTDA.

CNPJ: 29.953.833/0001-59

Aviso de Leilão - Edital nº 006/2025; Leilão: APLBPSUCATAS06-25. Data: 06 de março de 2025, às 10 horas. Local: SOMENTE ONLINE; Sítio eletrônico www.aplleiloes.com.br. Leiloeiro Oficial: Geilson Almeida, matrícula 287 da JUCERJA. Objeto: Sucatas inservíveis não identificadas. A Prefeitura Municipal de BARRA DO PIRAI, RJ, torna público que realizará, na data acima, leilão de sucatas inservíveis, não retirados e/ou removidos por seus (suas) proprietários (as) no prazo legal, que se encontram nos Pátios terceirizados da concessionária APL - Administração de Pátios e Leilões Ltda. A cópia do Edital completo poderá ser obtida junto aos pátios, relacionados no edital de leilão, em dias úteis, das 9h às 15h ou ainda no sítio eletrônico. www.aplleiloes.com.br.

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444

ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.

CNPJ/MF nº 29.435.005/0001-29 - NIRE 33.3.0029696-4

Companhia Fechada

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convocados os acionistas da ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) a realizar-se no dia 26 de fevereiro de 2025, às 10h00, de forma presencial, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Barão de Tefé nº 34, 5º ao 12º andar, Bairro Saúde, CEP 20.220-460, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) tendo em vista a ausência de manifestação de interesse dos acionistas minoritários, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do Aviso aos Acionistas publicado pela Companhia em 20/01/2025 no jornal Monitor Mercantil, em complementar o montante necessário para inteirar uma ação de emissão da Companhia, registrar e deliberar pela não realização do aumento do capital social da Companhia; e (ii) autorizar a administração para que tome todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das deliberações tomadas. Informações Gerais: Os acionistas deverão apresentar na sede da Companhia, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, conforme o caso; o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia e o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.
Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2025.
ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.
Anderson Luis De Alvarenga Nascimento
Presidente

